COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 2.138, DE 2003

Proíbe o capital estrangeiro nas Instituições Educacionais Brasileiras.

Autor: Deputado IVAN VALENTE

Relator: Deputado SEVERIANO ALVES

I - RELATÓRIO

Pelo projeto de lei em exame, pretende seu Autor proibir o ingresso do capital estrangeiro nas instituições educacionais brasileiras com fins lucrativos.

A proposição dispõe ainda que a proibição não se aplica a recursos para pesquisa e extensão ou a verbas destinadas ao apoio a instituições educacionais comunitárias ou filantrópicas.

Aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

II - VOTO DO RELATOR

A questão básica a ser considerada na apreciação do projeto deve ser a garantia da qualidade da educação oferecida e da formação da cidadania brasileira. Tal questão é primordialmente da responsabilidade do Poder Público que, nos termos da legislação vigente, tem as atribuições de autorizar a instalação das instituições educacionais, avaliar-lhes as condições de funcionamento e as de seus cursos e programas e conferir-lhes credenciamento ou reconhecimento. Com relação aos conteúdos e orientações da formação

oferecida, compete também ao Poder Público estabelecer as diretrizes curriculares e fiscalizar o seu adequado cumprimento. Os valores básicos de formação da cidadania brasileira inspiram a legislação educacional que a todas as instituições incumbe cumprir, sob o zelo supervisor do Poder Público.

Nesse quadro de discussão, a eventualidade da presença de capital estrangeiro no conjunto dos recursos financeiros que mantêm ou viabilizam o funcionamento das instituições educacionais guarda papel secundário.

Ademais, não seria o fato de a instituição ser não lucrativa, podendo, nesse caso, receber recursos externos, que evitaria – admitida a hipótese de existência desse risco – uma eventual atuação distanciada dos valores e das aspirações da cidadania brasileira. Do mesmo modo, o financiamento da pesquisa com recursos do exterior poderia implicar o risco de definição externa da pauta da investigação científica no País. E a própria proposição reconhece a inadequação em proibir tal financiamento.

A admissão de capital estrangeiro nas mantenedoras das instituições educacionais brasileiras não significa uma rendição a posturas globalizantes indiscriminadas e tampouco a redução da educação a um serviço econômico ou mercadoria a ser “trocada” no cenário do comércio internacional. Para tanto, o País tem leis que garantem e devem sempre garantir os eixos fundamentais da educação nacional e sua supervisão pelo Estado brasileiro.

Finalmente, a proibição proposta poderá resultar em limitação desnecessária ao investimento em educação no Brasil que, nos termos do art. 209 da Constituição Federal, é livre à iniciativa privada, desde que cumpra as normas gerais da educação nacional e submeta-se à autorização e à avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Tendo em vista as razões apresentadas, voto pela rejeição do projeto de lei nº 2.138, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado SEVERIANO ALVES
Relator